



INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

14/ JUNHO / 2021

CONTRIBUINTE SAEM NA FRENTE EM JULGAMENTO SOBRE EXCLUSÃO DO ISS DO CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

STF analisa disputa com impacto para empresas que recolhem o INSS sobre a receita bruta
Por Beatriz Olivon — Brasília

[Leia mais ...](#)

STF JULGA LEGITIMIDADE DE DECISÕES DO CARF E DA RFB QUE RECONHECEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO SEM MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

O plenário virtual do STF iniciou o julgamento da ADPF 647/DF Relator(a): CÁRMEN LÚCIA em que se questiona a competência dos auditores-fiscais para reconhecer vínculo empregatício e efetuar o lançamento tributário sem a manifestação prévia da Justiça do Trabalho, bem como a desconstituição de atos ou negócios jurídicos legítimos para caracterização de segurado empregado, com a consequente apuração e cobrança de contribuições sociais, demais tributos e multas.

[Leia mais ...](#)

ALÍQUOTA DO ICMS E O PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE PARA SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA E COMUNICAÇÕES

O plenário virtual do STF retomou o julgamento da repercussão geral, RE 714139/SC, Relator(a): MARCO AURÉLIO em que se questiona o Alcance da aplicação do princípio da seletividade ao ICMS (Tema 745 RG)

[Leia mais ...](#)

É INCONSTITUCIONAL REGRA QUE VEDA A APURAÇÃO DE CRÉDITOS DE PIS/COFINS NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS RECICLÁVEIS

Para a maioria do STF, a legislação questionada oferece tratamento tributário prejudicial às cadeias econômicas ecologicamente sustentáveis.

[Leia mais ...](#)

STF DECLARA INCONSTITUCIONAIS DISPOSITIVOS DA NOVA LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA

Entre outros pontos, foi invalidada a proibição de concessão de liminar para a compensação de créditos tributários e para a entrega de mercadorias e bens

provenientes do exterior.

[Leia mais ...](#)

INCENTIVO FISCAL DE ICMS ÀS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS DERIVADOS DE FARINHA DE TRIGO

O plenário virtual do STF iniciou o julgamento da ADI 6479/PA, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, em que se questiona a Instituição de regime especial de recolhimento antecipado do ICMS

[Leia mais ...](#)

PRESIDENTE COMUNICA A ARAS QUE INDICARÁ MENDONÇA, MAS O DEIXA DE SOBREAVISO

Preocupado com animosidade ao advogado-geral dentro do Congresso, presidente pediu que PGR fique de prontidão
Por Maria Cristina Fernandes — De São Paulo

[Leia mais ...](#)

DESEMPATE PRÓ-CONTRIBUINTE

VOTO DE QUALIDADE NO CARF VOLTA À PAUTA DO STF EM 18 DE JUNHO

Julgamento será retomado com voto-vista do ministro Luís Roberto Barroso.
Apenas Marco Aurélio votou até agora
FERNANDA VALENTE

[Leia mais ...](#)

STF PODE USAR PLENÁRIO VIRTUAL PARA 'DESMONOCRATIZAÇÃO' DA CORTE, DIZ PRESIDENTE LUIZ FUX

Ministro falou sobre o tema no primeiro episódio do podcast 'Supremo na semana', novo canal de comunicação do STF, que trará novos episódios todos os sábados.

[Leia mais ...](#)

STF: MORAES PEDE VISTA DE CASO SOBRE REVISÃO DA VIDA TODA DE APOSENTADORIA DO INSS

Placar está empatado em 5x5; aposentados buscam rever cálculo de aposentadoria usando contribuições anteriores a 1994

HYNDARA FREITAS

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

[Leia mais ...](#)

FALTA LEI COMPLEMENTAR

BARROSO PEDE VISTA EM EMBARGOS QUE DISCUTEM ITCMD SOBRE DOAÇÕES E HERANÇAS

STF também referendou a suspensão, de forma cautelar, da eficácia de leis de outros estados sobre o assunto
FLÁVIA MAIA

[Leia mais ...](#)

STF E STJ ASSINAM ACORDO PARA COMPARTILHAR INFORMAÇÕES SOBRE PROCESSOS

Com ajuda da inteligência artificial, será possível que o Supremo identifique ações em trâmite no STJ que podem ser temas de repercussão geral.

[Leia mais ...](#)

ALÍQUOTA ZERO

REVOGAÇÃO ANTECIPADA DE ISENÇÕES DA LEI DO BEM A VEREJISTAS É ILEGAL, DIZ STJ

Por Danilo Vital

A revogação antecipada da alíquota zero de PIS e Cofins sobre a receita bruta de venda a varejo de produtos de informática, concedida pela Lei do Bem por prazo certo e não cumprido, fere o artigo 178 do Código Tributário Nacional (CTN) e é ilegal.

[Leia mais ...](#)

TRIBUNAL PRORROGA JULGAMENTOS POR VIDEOCONFERÊNCIA ATÉ 31 DE AGOSTO

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) prorrogou até 31 de agosto a realização das sessões de julgamento por videoconferência. A medida foi adotada por meio da Resolução STJ/GP 21/2021, assinada pelo presidente da corte, ministro Humberto Martins.

[Leia mais ...](#)

CONTRIBUIÇÃO PARA O SAT

MATRIZ PODE LITIGAR EM NOME DAS FILIAIS POR TRIBUTO DE INCIDÊNCIA INDIVIDUALIZADA

Por Danilo Vital

A matriz de uma sociedade empresarial tem legitimidade para postular em nome de toda a personalidade jurídica, incluindo também as filiais. Essa premissa se aplica, inclusive, para as ações que discutem tributos cuja incidência se dá de forma individual, de acordo com as especificidades de cada unidade da empresa.

[Leia mais ...](#)

UNIDADE DA SOCIEDADE EMPRESARIAL TORNA VÁLIDA FIANÇA PRESTADA A FILIAL QUE NÃO PARTICIPOU DO NEGÓCIO

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou válida a fiança prestada pelos sócios de uma empresa para garantir um negócio de compra e venda cujo instrumento de fiança indicou, como afiada, uma de suas filiais, sediada em Betim (MG), enquanto a transação comercial foi feita por outra filial, localizada em Contagem (MG).

[Leia mais ...](#)

ADVOGADO COM PODERES ESPECIAIS TEM DIREITO À EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ EM SEU NOME, REAFIRMA TERCEIRA TURMA

O advogado com poderes especiais para receber e dar quitação tem o direito de exigir, em caso de vitória no processo, a expedição do alvará para levantamento de valores em seu nome.

[Leia mais ...](#)

RECURSO REPETITIVO

PRIMEIRA SEÇÃO FIXARÁ TESE SOBRE DANO PRESUMIDO AO ERÁRIO EM CONDUTAS CONTRÁRIAS À LEI DE LICITAÇÕES

Em sessão virtual, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afetou dois recursos especiais para – sob o rito dos recursos repetitivos – dirimir controvérsia sobre dano presumido ao erário e atos de improbidade violadores das regras da licitação.

[Leia mais ...](#)

TEMPO DE ADAPTAÇÃO

STJ ANULA LICITAÇÃO E ADIA EFICÁCIA COM BASE EM NOVA LEI PARA EVITAR RUPTURA

Por Danilo Vital

Com base na Lei 14.133/2021, chamada Nova Lei de Licitações, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu adiar a eficácia de uma decisão que teve o efeito de anular licitação para contratação de serviços de oxigenoterapia e ventilação domiciliar para pacientes do estado de Santa Catarina.

[Leia mais ...](#)

RAZOÁVEL E PROPORCIONAL

TJ-SP NEGA PEDIDO DA FIESP CONTRA VALOR DE TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Por Tábata Viapiana

Por não vislumbrar abusos ou ilegalidades, a 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo rejeitou pedido da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) contra o Decreto 64.512/2019, que alterou o cálculo da taxa de licenciamento ambiental no estado.

[Leia mais ...](#)

TESE FILHOTE

EMPRESA NÃO PRECISA INCLUIR PIS E COFINS NAS SUAS PRÓPRIAS BASES DE CÁLCULO

O entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal segundo o qual o ICMS, por não compor o faturamento ou a receita bruta das empresas, deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins, também deve ser aplicado em relação à inclusão da contribuição a esses tributos em suas próprias bases de cálculo.

[Leia mais ...](#)

GOVERNO DE SP LANÇA PROGRAMA QUE PREVÊ DESCONTOS EM JUROS E MULTAS DE IPVA E ICMS

A iniciativa é da PGE e beneficia até 1 milhão e 600 mil contribuintes do Estado

[Leia mais ...](#)

LEI VOLTA A GARANTIR DIVULGAÇÃO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO EM JORNAIS

Presidência da República havia vetado regra que foi agora inserida em lei após derrubada de veto pelo Congresso
Pedro França/Agência Senado

[Leia mais ...](#)

DISPOSITIVOS QUE HAVIAM SIDO VETADOS SÃO INCORPORADOS À LEI DO GOVERNO DIGITAL

Da Agência Senado

Proposições legislativas

PL 317/2021

Foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (11) a promulgação do texto dos vetos derrubados da Lei 14.129, de 2020, que criou o Governo Digital. A lei é originada do PL 317/2021, do deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ), aprovado pelo Senado no final de fevereiro e sancionado com vetos pelo presidente Jair Bolsonaro, em março. Parte dos vetos foi derrubada por deputados e senadores no último dia 1º e, assim, incorporada à lei.

[Leia mais ...](#)

ENTRAM EM VIGOR NOVAS REGRAS PARA RENEGOCIAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS COM FUNDOS CONSTITUCIONAIS

Governo vetou 14 pontos do texto aprovado pelo Congresso Nacional

[Leia mais ...](#)

PORTARIA SECEX 92/2001 - DISPÕE SOBRE O ACESSO À DECLARAÇÃO ÚNICA DE EXPORTAÇÃO E À DECLARAÇÃO ÚNICA DE IMPORTAÇÃO PELA SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/06/2021 | Edição: 106 | Seção: 1 | Página: 203

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais/Secretaria de Comércio Exterior

[Leia mais ...](#)

DECRETO Nº 10.714/2021 - PROMULGA A CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A CONFEDERAÇÃO SUÍÇA PARA ELIMINAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO EM RELAÇÃO AOS TRIBUTOS SOBRE A RENDA E PREVENIR A EVASÃO E A ELISÃO FISCAIS E O SEU PROTOCOLO, FIRMADOS EM BRASÍLIA, EM 3 DE MAIO DE 2018.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/06/2021 | Edição: 106 | Seção: 1 | Página: 4

Órgão: Atos do Poder Executivo

[Leia mais ...](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)